

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente do Conselho*MANOEL FRANCISCO BRITO — *Diretor Presidente*ROSENAL CALMON ALVES — *Diretor*WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*DACIO MALTA — *Editor*MERVAL PEREIRA — *Editor Executivo*ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

Econ. Brasil Atração Fatal

Em recente almoço com empresários, em São Paulo, foram submetidos ao ministro Fernando Henrique Cardoso trechos de seus livros em contradição com seus propósitos de hoje. Sem pestanejar, Cardoso sugeriu aos empresários que deixassem de lado seus escritos teóricos anteriores e reiterou que o equilíbrio das contas públicas é pré-condição à estabilização da economia.

Não se veja nas palavras do ministro nenhuma traição a si próprio. Entre o sociólogo de outras décadas e o ministro de hoje, o mundo mudou de forma espetacular. E nesse mundo em transformação, Fernando Henrique Cardoso amadureceu num longo aprendizado político no Congresso. O fato de ter partido de onde partiu para chegar onde está, confere ainda mais peso e credibilidade ao seu diagnóstico.

O ministro está certo quando diz que o corte nas despesas públicas, a cobrança dos débitos dos estados e municípios com a União, o enquadramento dos bancos estaduais, o arrocho no orçamento e o combate à sonegação são pré-condições à estabilização da economia. O governo está sinalizando que vai dar o exemplo, botando preliminarmente suas finanças em ordem, para, em seguida, atacar o essencial.

O essencial é colocar o sistema financeiro a serviço do sistema produtivo. Para isto é necessária uma ação de caráter estrutural e de índole política, capaz de conciliar a estabilidade e o crescimento. Cortes no orçamento ajudam mas não resolvem: na economia pervertida em que vivemos, o dinheiro dos impostos serve primordialmente para pagar pessoal e não para investir.

Para alterar em profundidade esta situação será preciso reformular a relação do mercado financeiro com o Banco Central, que se dá diariamente na fixação das taxas de juro na mesa de *open market* em *petit comité*. Há 20 anos conferiu-se aos bancos *dealers* o direito de interferir na administração da dívida pública pelo Banco Central.

Dez ou 20 bancos, desde então, decidem, a portas fechadas, como vai evoluir o índice da inflação. Em vez financiar a produção, passaram a financiar um Estado quebrado, que pouco arrecada devido à sonegação (quem confia

nesse Estado?) e gasta quase tudo na folha. Para cobrir o rombo do orçamento, o governo emite diariamente seus títulos que funcionam como moeda inflacionada, dando vida autônoma a uma diabólica ciranda.

Data do longo consulado delfiniano o poder concedido aos bancos para conferir fé pública a CPFs, em virtude da incapacidade do Estado de cadastrar a titularidade das contas bancárias de pessoas físicas e jurídicas. Na verdade, os bancos *emitiam* CPFs, dando origem à proliferação monstruosa de pessoas e firmas fantasmas, hoje calculadas em 60 milhões. Não que existam 60 milhões de titulares fantasmas, dezenas e centenas dessas contas são controladas por uma só firma ou pessoa, numa escandalosa multiplicação de Caixas 2. O caso PC Farias foi assustadoramente revelador sob este aspecto.

O fato é que esta situação gerou uma sociedade extremamente injusta, em que o setor financeiro — que não representa mais de 13% do PIB — tem o comando do PIB. Sócios da inflação, os bancos situam-se acima do bem e do mal, enquanto os contribuintes menos protegidos penam em uma economia estagnada que multiplica o desemprego e estimula a especulação.

É conhecida a história do industrial paulista que obteve um empréstimo volumoso no BNDES a juros subsidiados e, em vez de cumprir seu bem alinhavado projeto, aplicou todo o dinheiro no mercado financeiro, com lucros astronômicos.

Para disciplinar o Banco Central, será antes necessário alterar suas relações com o sistema financeiro. As resistências serão enormes: é sabido que uma inflação com um índice mensal inferior a 15% pode levar a uma quebra de instituições mal-habitadas. Nesse caso, seria mais barato para a sociedade que o governo se dispusesse a socorrer os bancos nesse duro período de adaptação à fase de taxas declinantes.

O que não se pode mais é admitir esta inflação diária, que incentiva a especulação, pune o trabalho produtivo e corrói os valores éticos da sociedade.